

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. ("Companhia") é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas ("CTNM"), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. ("SI"), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela AMMO VAREJO S.A. ("AMMO"), que é uma controlada indireta da Companhia.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

A Companhia e sua controlada CSA têm apresentado em suas demonstrações contábeis consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia e sua controlada CSA têm honrado seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro o que, temporariamente, vem impactando em suas atividades operacionais. As administrações das companhias estão empenhadas na redução desse endividamento e consequentemente a redução das despesas financeiras com a venda de ativos não operacionais, em parte descritos na nota explicativa nº 9 - Propriedades para Investimentos, com negociações em andamento.

Adicionalmente, a controladora da Companhia, Companhia de Tecidos Norte de Minas (CTNM), tem despendido esforços para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos serão destinados exclusivamente à liquidação de parte substancial de sua conta de mútuo com a controlada CSA. As administrações da Companhia, da controlada CSA e da controladora CTNM acreditam que esses ativos sejam realizados brevemente, reduzindo seu endividamento, retornando assim às suas atividades operacionais regulares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de dezembro de 2022.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

## 2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

## 2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

**(a) Apuração do resultado**--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

**(b) Instrumentos financeiros**--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

### i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são

transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

#### iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

#### iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;

- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há

mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

### 2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e nº 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 19), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 18), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

### 2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO VAREJO S.A., da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Compañía Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, direta e indiretamente, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); e (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); todas com participação de 100%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avaliação patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas “Ajustes acumulados de conversão” e “Ajustes de avaliação patrimonial”, respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2022	2021	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	5,5805	-
30 de setembro	5,4066	5,4394	(0,6%)
Taxa média:			
30 de setembro (3 meses)	5,2580	5,2348	0,4%
30 de setembro (9 meses)	5,0994	5,3384	(4,5%)

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Operações compromissadas (*)	45	43	162.128	130.576
Depósitos no exterior	-	-	62.323	60.855
Depósitos em contas correntes	20	74	15.721	8.334
	-----	-----	-----	-----
	65	117	240.172	199.765
	=====	=====	=====	=====

(\*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 96% a 110% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.



#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos no exterior	17.964	18.660
Depósito restrito (1)	2.425	2.296
Fundo de reserva (2)	8.873	5.881
	-----	-----
	29.262	26.837
Circulante	(18.507)	(19.219)
	-----	-----
Não circulante	10.755	7.618
	=====	=====

(1) Em 30 de setembro de 2022, a controladora possuía R\$1.882 de depósitos restritos em instituições financeiras (R\$1.737 em 31 de dezembro de 2021), e a controlada SGUS possuía R\$543, equivalente a US\$100 mil (R\$559 equivalente a US\$100 mil, em 31 de dezembro de 2021) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA, equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações contábeis intermediárias.

#### 5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Clientes no mercado interno	208.694	390.798
Clientes no mercado externo	55.860	48.188
Operadoras de cartão de crédito	16.189	8.149
Partes relacionadas – mercado interno	8.741	29.884
Partes relacionadas – mercado externo	-	1.072
	-----	-----
	289.484	478.091
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(28.978)	(29.156)
	-----	-----
	260.506	448.935
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 60 dias (74 dias em 31 de dezembro de 2021). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve mudança significativa na composição das duplicatas a receber por idade de vencimento durante o período findo em 30 de setembro de 2022.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	30.09.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(29.156)	(27.010)
Adições	-	(1.996)
Variação cambial	178	(150)
	-----	-----
Saldo no final do período	(28.978)	(29.156)
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2022, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

## 6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

### a. Estoques

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Matérias-primas e secundários	75.833	86.236
Produtos em elaboração	105.559	136.599
Produtos acabados	238.198	256.051
Peças de reposição	36.624	38.827
	-----	-----
	456.214	517.713
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 30 de setembro de 2022, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	31.12.2021	(Adições) Baixas	Variação cambial	30.09.2022
Matérias-primas e secundários	(2.555)	68	732	(1.755)
Produtos acabados	(13)	-	4	(9)
Peças de reposição	(564)	-	-	(564)
	-----	-----	-----	-----
	(3.132)	68	736	(2.328)
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2020	(Adições) Baixas	Varição cambial	30.09.2021
Matérias-primas e secundários	(2.251)	(618)	282	(2.587)
Produtos acabados	(23)	8	2	(13)
Peças de reposição	(885)	-	-	(885)
	-----	-----	-----	-----
	(3.159)	(610)	284	(3.485)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
2022	48.991	40.094
2023 (*)	-	25.201
	-----	-----
	48.991	65.295
Circulante	(48.991)	(40.094)
	-----	-----
Não circulante	-	25.201
	=====	=====

(\*) Liquidação financeira de parte do contrato da safra de 2022/2023, com realização de perda de R\$5.340 decorrente da queda de preço de mercado de algodão, incluídas na rubrica "custo de ociosidade e outros".

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Clientes com pedido de recuperação judicial (a)	-	11.389
Clientes com pedido de recuperação judicial (b)	12.424	-
Clientes em recuperação judicial (c)	1.465	1.379
Parcelamento de créditos com clientes (d)	3.141	3.715
Financiamento no repasse de lojas (e)	1.075	1.006
Venda de imóveis (f)	4.365	10.004
Outros	1.536	1.088
	-----	-----
	24.006	28.581
Circulante	(9.472)	(12.238)
	-----	-----
Não circulante	14.534	16.343
	=====	=====

(\*) Incluída na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante.

(a) A Lojas Leader S.A. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no dia 3 de março de 2020, o qual teve o processamento deferido em 6 de março de 2020. A Leader reconheceu a totalidade dos créditos com a Companhia. Em 23 de junho de 2022, foi homologado o pedido de recuperação judicial pelo Tribunal

de Justiça do Rio de Janeiro, com condições mínimas de recuperação do crédito. Em 30 de junho de 2022, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$11.389.

(b) O Narciso Enxovais do Brasil Ltda. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no segundo trimestre de 2022, o qual teve o processamento deferido. O Narciso reconheceu a totalidade dos créditos com a Companhia. A administração da Companhia aguarda a homologação da RJ e acredita na recuperação da totalidade dos créditos.

(c) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 8% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$2.127.

(d) Pagamento em até 29 parcelas mensais com juros de 1,56% a 1,97% ao mês.

(e) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(f) Pagamento em até 12 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 30 de setembro de 2022, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

## 8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

### a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio Líquido	Participação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021
SGUS	378.550	100,0	(10.185)	378.550	401.829	(10.185)	(14.817)
CSA	277.077	100,0	(385.422)	277.077	633.305	(385.422)	(82.533)
				655.627	1.035.134	(395.607)	(97.350)
				=====	=====	=====	=====

### b) Investimentos indiretos:

#### Investimentos da SGUS

A controlada SGUS possuía 14,27% da New Keeco Holdings, LLC, (“Keeco”) quando a Keeco combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS em março de 2019. A Keeco Holdings é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, *utility bedding*, e *decorative bedding*, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS (juntamente com os demais acionistas da Keeco) disponibilizou para venda essa participação e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Em 19 de setembro de 2022, os acionistas da Keeco e suas subsidiárias, juntamente com os acionistas da Hollander Parent Corporation (“Hollander”) e suas subsidiárias e a SGUS, entre outros, assinaram acordo de contribuição de ativos, formando uma nova empresa combinada denominada Keeco, Inc., que atuará no mesmo segmento de mercado de ambas as companhias.

Após a contribuição de ativos, a SGUS recebeu por sua participação na Keeco, 15.167 ações ordinárias comuns (*Common stocks*) da Keeco, Inc., representando 6,33% dessa classe de ações, mais uma opção de

compra de 10.220 ações dessa mesma classe, ao preço de US\$0,01 por ação com vencimento em 5 anos da data de emissão ou caso ocorra uma mudança de controle da Keeco, Inc.

Considerando-se o exercício das opções, e a conversão das ações preferenciais (*preferred stocks*) emitidas pela Keeco Inc. em ações comuns (*common stocks*), a SGUS terá participação de 5,13% do capital, deixando de existir outra classe de ações. Considerando-se ainda as possibilidades de emissão de 67.506 novas ações em bônus para os gestores elegíveis da Keeco Inc., a participação da SGUS poderá chegar no mínimo (*fully-dilluted*) de 4,51%.

A Keeco, Inc. inicia suas operações com faturamento consolidado equivalente a US\$1,2 bilhão e em suas projeções para 5 anos estima um faturamento de US\$1,6 bilhão.

Considerando as projeções anuais, geração de caixa e múltiplos aplicáveis para essa categoria de indústria, consultores externos da SGUS, utilizando o menor percentual de participação da SGUS, 4,51%, estimam a recuperação desse investimento em até 5 anos em valores que podem variar entre US\$31,5 milhões e US\$43,3 milhões.

A SGUS, a partir daquela data, reclassificou esse investimento, antes na rubrica de “ativos mantidos para a venda”, para outros investimentos, que será avaliado ao custo contábil e ajustado pelo valor de recuperação caso haja indícios de não recuperabilidade desse investimento.

O saldo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	31.12.2021	Variação cambial	Transferência outros investimentos	30.09.2022
ATIVOS				
NÃO CIRCULANTE:				
Investimentos	37.747	(1.176)	(36.571)	-
Intangível	95.108	(2.965)	(92.143)	-
	-----	-----	-----	-----
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	132.855	(4.141)	(128.714)	-
	=====	=====	=====	=====

#### Investimentos da CSA

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resul- tado do período	Total dos investimentos		Resultado de equiva- lência patrimonial	
				30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A. (1)	119.251	100,00	5.662	119.251	110.844	5.662	18.802
LAT Capital Ltd.	14.211	100,00	424	14.211	14.214	424	(199)
C7S Tecnologia Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	(1.346)
AMMO VAREJO S.A. (3) (4)	81.559	100,00	(41.018)	81.559	87.269	(41.018)	(43.354)
Compañía Textil Guaraní S.R.L.	2.192	100,00	(2.257)	2.192	4.001	(2.257)	(1.826)
				-----	-----	-----	-----
				217.213	216.328	(37.189)	(27.923)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 15 de setembro de 2022, a CSA recebeu dividendos de sua controlada Coteminas Argentina S.A. no valor de R\$12.898 (equivalentes a \$352,2 milhões de pesos argentinos).

(2) Em 21 de junho de 2021, a CSA vendeu para sua controlada AMMO a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. ("C7S") por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388. A C7S passou a ser uma controlada indireta da CSA.

(3) O saldo de investimento inclui ágio da aquisição do investimento, no valor de R\$27.303 (R\$27.303 em 31 de dezembro de 2021), para fins de apresentação nas demonstrações da CSA Controladora, e classificados na rubrica Intangível no balanço consolidado da Companhia.

(4) Em 10 de junho de 2022, a CSA realizou aporte de capital na sua controlada AMMO no valor de R\$196.815, subscrito e integralizado mediante a conferência das marcas "ARTEX", "AMMO" e "PERSONO" no valor de R\$170.922, apurados em laudo de avaliação das marcas realizado por consultores especializados, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., e saldos de mútuo no valor de R\$25.893. Em 30 de setembro de 2022, para fins de apresentação dos investimentos nas demonstrações da CSA Controladora, foi eliminado o lucro não realizado do valor justo das marcas no valor de R\$161.507, e da rubrica de Intangível no consolidado. Vide nota explicativa nº12 às demonstrações contábeis intermediárias.

c) Movimentação dos investimentos em controladas:

	31.12.2021	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	30.09.2022
SGUS	401.829	(10.185)	(13.107)	13	378.550
CSA	633.305	(385.422)	29.194	-	277.077
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.035.134	(395.607)	16.087	13	655.627
	=====	=====	=====	=====	=====

  

	31.12.2020	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	30.09.2021
SGUS	385.394	(14.817)	17.711	22	388.310
CSA	760.651	(82.533)	(433)	-	677.685
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.146.045	(97.350)	17.278	22	1.065.995
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Efeito cambial dos investimentos líquidos. Vide nota explicativa nº 23.d.3.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

## 9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização		Total
	Complexo comercial (1)(*)	Complexo residencial (2)(*)	Acreúna (3)	Montes Claros (4)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	324.990	46.950	30.380	57.570	459.890
Adições	572	1.698	-	30	2.300
Baixas	(63)	(361)	-	-	(424)
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de setembro de 2022	325.499	48.287	30.380	57.600	461.766
	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização		Total
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)	Montes Claros (4)		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	306.236	45.034	53.776		405.046
Adições	479	-	-		479
	-----	-----	-----		-----
Saldos em 30 de setembro de 2021	306.715	45.034	53.776		405.525
	=====	=====	=====		=====

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(\*) No 4º trimestre de 2022, a Administração da CSA, como forma de reduzir seus financiamentos e despesas financeiras, decidiu destinar esses imóveis para a venda e iniciou negociações com algumas entidades. Até a data da divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias, as negociações estavam em andamento.

(1) Complexo comercial: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. No período de nove meses de 2022, os valores de receita por arrendamento foram de R\$8.734 (R\$8.402 no mesmo período de 2021).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da controlada CSA, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação. Os valores apurados foram os seguintes:

	30.09.2022	31.12.2021
Custo residual do imóvel	112.016	111.507
Mais valia apurada (a)	213.483	213.483
	-----	-----
Valor justo (b)	325.499	324.990
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$72.583 (R\$72.583 em 31 de dezembro de 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Custo residual do imóvel	1.430	93
Mais valia apurada (a)	46.857	46.857
	-----	-----
Valor justo (b)	48.287	46.950
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$15.931 (R\$15.931 em 31 de dezembro 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(3) Imóvel para valorização Acreúna: Em 2021, a controlada CSA desocupou e destinou este imóvel para valorização ou renda. Seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimento e avaliado pelo valor justo. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.09.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Custo residual do imóvel	19.144	19.144
Mais valia apurada (a)	11.236	11.236
	-----	-----
Valor justo (b)	30.380	30.380
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$3.820 (R\$3.820 em 31 de dezembro 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.



(4) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	30.09.2022	31.12.2021
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	31.920	31.920
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	4.600	4.600
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m²)	5.100	5.070
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	15.980	15.980
	-----	-----
Total	57.600	57.570
	=====	=====
 Custo residual dos imóveis	 39.890	 39.860
Mais valia apurada (a)	17.710	17.710
	-----	-----
Valor justo (b)	57.600	57.570
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$6.021 (R\$6.021 em 31 de dezembro 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2021. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

## 10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

### a. Imobilizado

		30.09.2022		31.12.2021	
	Taxa % (*)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	3,2	59.202	(28.184)	31.018	30.892
Edifícios	2,4	350.225	(177.092)	173.133	177.783
Instalações	5,6	231.139	(178.909)	52.230	55.543
Máquinas e equipamentos	6,7	1.206.128	(981.405)	224.723	246.931
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	39.954	(23.404)	16.550	17.624
Móveis, utensílios e outros	8,7	126.740	(111.999)	14.741	15.856
Obras em andamento	-	27.445	-	27.445	33.992
		-----	-----	-----	-----
		2.040.833	(1.500.993)	539.840	578.621
		=====	=====	=====	=====

(\*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(\*\*) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	30.892	177.783	55.543	246.931	17.624	15.856	33.992	578.621
Adições	737	-	47	3.273	-	1.290	2.953	8.300
Baixas líquidas	-	-	(15)	(30)	-	(129)	(3)	(177)
Transferências								
- Imobilizado	(326)	(163)	2.528	4.902	4	2.735	(9.680)	-
- Imobilizado disponível para venda	-	-	-	(102)	-	-	-	(102)
Variação cambial	1.397	1.766	215	391	-	(132)	183	3.820
Depreciação do período	(1.682)	(6.253)	(6.088)	(30.642)	(1.078)	(4.879)	-	(50.622)
Saldo em 30 de setembro de 2022	31.018	173.133	52.230	224.723	16.550	14.741	27.445	539.840
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em anda- mento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.356	187.549	47.687	259.418	16.772	28.344	69.287	635.413
Adições	1.309	141	251	8.967	400	5.506	11.681	28.255
Baixas líquidas	(12)	(1)	(358)	(4.541)	-	(3.223)	(448)	(8.583)
Transferências								
- Imobilizado	175	5.637	17.147	23.237	-	947	(47.143)	-
- Bens recebidos em comodato	-	-	-	-	-	(8.476)	-	(8.476)
- Imobilizado disponível para venda	-	-	(15)	(242)	-	-	-	(257)
Variação cambial	2.120	2.484	632	1.503	-	(146)	955	7.548
Depreciação do período	(1.303)	(6.151)	(5.717)	(31.569)	(1.077)	(4.999)	-	(50.816)
Saldo em 30 de setembro de 2021	28.645	189.659	59.627	256.773	16.095	17.953	34.332	603.084
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 30 de setembro de 2022, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$4.793 em 31 de dezembro de 2021).

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa futuras, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

#### b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica.

Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2021	Adições	Variação cambial	Transferência do imobilizado	30.09.2022
Custo	482.352	8.644	(61.724)	256	429.528
Depreciação	(415.205)	-	60.693	(154)	(354.666)
Provisão para perda	(51.606)	-	1.450	-	(50.156)
	-----	-----	-----	-----	-----
	15.541	8.644	419	102	24.706
	=====	=====	=====	=====	=====

  

	31.12.2020	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferência do imobilizado	30.09.2021
Custo	453.232	-	(3.724)	20.255	2.158	471.921
Depreciação	(388.593)	(351)	3.672	(17.551)	(1.901)	(404.724)
Provisão para perda	(47.914)	-	-	(2.023)	-	(49.937)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	16.725	(351)	(52)	681	257	17.260
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

## 11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		30.09.2022			31.12.2021
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e AMMO – uso próprio)	44,1	14.114	(11.551)	2.563	4.796
Imóvel – fábrica (Guarani – uso próprio)	11,7	-	-	-	8.781
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	47.993	(14.998)	32.995	37.153
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	21,7	103.346	(53.351)	49.995	62.343
Veículos	38,8	2.627	(2.111)	516	220
Propriedades para investimentos (1)		64.885	-	64.885	70.416
		-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		232.965	(82.011)	150.954	183.709
Arrendamentos financeiros a receber (1)		105.774	-	105.774	114.667
		-----	-----	-----	-----
		338.739	(82.011)	256.728	298.376
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis - SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.796	8.781	37.153	62.343	220	70.416	114.667	298.376
Variação cambial	-	(568)	(1.329)	-	-	(2.382)	(3.874)	(8.153)
Adições (1)	-	-	-	9.779	748	-	-	10.527
Baixas (2)	-	(7.721)	-	(8.578)	-	-	-	(16.299)
Amortização do período	(2.233)	(492)	(2.829)	(13.549)	(452)	-	-	(19.555)
Encargos	-	-	-	-	-	5.037	7.692	12.729
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(8.186)	(12.711)	(20.897)
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.563	-	32.995	49.995	516	64.885	105.774	256.728
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Imóveis	Imóvel - fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.772	9.419	38.442	56.091	273	92.644	112.889	317.530
Variação cambial	-	430	1.739	-	-	4.252	5.183	11.604
Adições (1)	-	-	-	24.101	524	-	-	24.625
Baixas (2)	-	-	-	(1.344)	-	-	-	(1.344)
Amortização do período	(2.233)	(964)	(2.962)	(14.528)	(466)	-	-	(21.153)
Encargos	-	-	-	-	-	7.359	8.548	15.907
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(11.213)	(13.163)	(24.376)
Saldo em 30 de setembro de 2021	5.539	8.885	37.219	64.320	331	93.042	113.457	322.793
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	30.09.2022	31.12.2021
2022	18.153	18.589
2023	4.595	18.801
2024	18.484	19.079
2025 em diante	115.581	119.298
	-----	-----
	156.813	175.767
Ajuste a valor presente	(51.039)	(61.100)
	-----	-----
	105.774	114.667
Circulante	(17.206)	(17.618)
	-----	-----
Não circulante	88.568	97.049
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 30 de setembro de 2022, a controlada SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

## 12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303
Marcas – próprias (2)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (3)	11.874	11.482
Propriedade intelectual (4)	11.019	13.996
Pontos comerciais (luvas) (5)	25.077	25.077
	-----	-----
Total	91.540	94.125
	=====	=====

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.303	16.267	11.482	13.996	25.077	94.125
Adições	-	-	-	725	-	725
Amortização	-	-	(911)	(3.702)	-	(4.613)
Variação cambial	-	-	1.303	-	-	1.303
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2022	27.303	16.267	11.874	11.019	25.077	91.540
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.303	16.267	9.559	18.933	25.077	97.139
Amortização	-	-	(756)	(3.703)	-	(4.459)
Variação cambial	-	-	2.039	-	-	2.039
Saldo em 30 de setembro de 2021	27.303	16.267	10.842	15.230	25.077	94.719

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO VAREJO S.A.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2021 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa da controlada indireta AMMO, a controlada CSA não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação do ágio registrado.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(4) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

(5) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$6.574 em 31 de dezembro de 2021), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos, e pelos fluxos de caixa das respectivas lojas.

Os itens de (2) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
	Moeda			30.09.2022	31.12.2021
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a) (1)	R\$	150,0 do CDI	2023	307.039	339.952
Banco do Brasil S.A. – CDC	R\$	13,4 a 16,4	2023	50.359	56.034
Banco BBM S.A. – CCB	R\$	7,0 + CDI	2024	8.061	9.760
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	R\$	4,9 + CDI	2024	19.257	28.341
Banco Bradesco S.A. (b) (1)	R\$	6,0 e 6,1 + CDI	2024	40.978	43.025
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	11	20
Banco Daycoval S.A.	R\$	5,2 a 9,2 + CDI	2024	43.190	52.247
Banco Santander S.A. (c) (1)	R\$	5,6 + CDI	2024	9.623	35.905
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	75.827	77.885
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	7,5 + CDI	2022	-	6.709
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,8 a 8,1 + CDI	2025	21.715	19.955
Caixa Econômica Federal - CCB (1) (2) (d)	R\$	180,0 do CDI	2023	5.430	10.874
Banco Pine S.A.	R\$	7,8 + CDI	2022	806	7.708
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	7,7 e 18,0 + CDI	2022	1.536	15.614
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	R\$	3,9 e 6,3 + CDI	2025	20.515	34.391
Banco BTG Pactual S.A. (e)	R\$	13,9	2023	8.470	27.225
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (2)	R\$	4,4	2025	15.141	18.722
Banco Daycoval S.A.	R\$	14,9	2026	1.916	2.273
Outros	R\$	-	2022	16.487	6.519
				646.361	793.159
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2022	92	7.986
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	9,5 e 10,9	2022	11.654	4.921
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0 a 5,9	2022	68.667	41.251
				80.413	54.158
Total				726.774	847.317
Circulante				(376.283)	(772.280)
Não circulante				350.491	75.037

(1) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais foram classificados como passivo circulante em 31 de dezembro de 2021.

(2) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$20.571 (R\$29.596 em 31 de dezembro de 2021).

(a) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais. Em agosto de 2022, parte dos contratos foi renovada, mantendo-se o cumprimento do índice financeiro de no máximo 3,5 vezes a partir de dezembro de 2022.

(b) Empréstimos da controlada CSA, com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a controlada CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras anuais a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 2,0 vezes. Em 2021, parte dos contratos foi renovada, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir o índice financeiro de no máximo 2,5 vezes, a partir de 2022.

(c) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas

demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(d) Empréstimo da controladora, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controladora comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(e) Empréstimo da controlada CSA, com cláusulas de vencimento antecipado, onde a controlada CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a) a (e) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber. Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

	2022	2023		2024	2025 e 2026	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A.	6.995	16.112	283.932	-	-	307.039
Banco do Brasil S.A. - CDC	25.246	25.113	-	-	-	50.359
Banco BBM S.A. - CCB	1.672	2.500	833	3.056	-	8.061
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	3.163	9.053	3.018	4.023	-	19.257
Banco Bradesco S.A.	3.574	17.468	7.468	12.468	-	40.978
BNDES (Finame)	5	6	-	-	-	11
Banco Daycoval S.A.	11.564	28.682	1.833	1.111	-	43.190
Banco Santander S.A.	1.623	4.000	1.333	2.667	-	9.623
Banco Safra S.A. - CCB	70.827	1.905	714	2.381	-	75.827
Banco Sofisa S.A.	1.266	13.760	1.253	4.736	700	21.715
Caixa Econômica Federal - CCB	2.722	2.708	-	-	-	5.430
Banco Pine S.A.	806	-	-	-	-	806
Banco Industrial do Brasil S.A.	1.536	-	-	-	-	1.536
Banco ABC do Brasil S.A. - CCB	4.673	8.641	1.545	3.659	1.997	20.515
Banco BTG Pactual S.A.	6.673	1.797	-	-	-	8.470
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	1.227	3.578	1.193	4.771	4.372	15.141
Banco Daycoval S.A.	131	357	119	476	833	1.916
Outros	16.487	-	-	-	-	16.487
	160.190	135.680	303.241	39.348	7.902	646.361
Moeda estrangeira:						
Banco Patagônia	92	-	-	-	-	92
Banco Luso Brasileiro S.A.	11.654	-	-	-	-	11.654
Banco do Brasil S.A.	68.667	-	-	-	-	68.667
	80.413	-	-	-	-	80.413
Total	240.603	135.680	303.241	39.348	7.902	726.774
	=====	=====	=====	=====	=====	=====



A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	30.09.2022			30.09.2021
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do período	847.317	158.596	1.005.913	969.198
Novas captações ou renovações	131.850	180.000	311.850	365.288
Juros provisionados (1)	99.025	31.626	130.651	58.963
Amortização de principal	(257.645)	(12.000)	(269.645)	(351.202)
Pagamento de juros	(96.529)	(10.511)	(107.040)	(56.606)
Variação cambial	874	-	874	2.588
Encargos antecipados, líquidos	1.882	(14.063)	(12.181)	(1.372)
	=====	=====	=====	=====
Saldo no final do período	726.774	333.648	1.060.422	986.857
	=====	=====	=====	=====

(1) A taxa básica de juros – SELIC, do Banco Central do Brasil, acumulada do período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2022 foi de 8,85% (2,49% no mesmo período do ano anterior).

#### 14. DEBÊNTURES

(a) Em 26 de julho de 2021 a controlada CSA emitiu 160.000 debêntures não conversível em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização (“Virgo”). As características das debêntures são as seguintes:

##### Características da 5ª emissão de debêntures

Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 8%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Caso ocorra a venda dos imóveis vinculados às garantias prestadas, conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias, as debêntures poderão ter seu vencimento antecipado.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

Durante o exercício de 2021 e no 1º semestre de 2022, devido ao aumento na taxa de juros Selic e ao aumento dos preços da matéria prima, a Companhia e a controlada CSA não cumpriram certos índices financeiros relativos a essas debêntures, nas medições. O contrato foi classificado como passivo circulante em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(b) Em 30 de maio de 2022 a controlada indireta AMMO VAREJO S.A. aprovou a emissão de até 300.000.000 debêntures conversíveis em ações, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedades por Ações (1ª emissão de debêntures), as quais, em 20 de junho de 2022, foram subscritas 180.000.000 debêntures pela Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Odernes"). As 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas, poderão ser subscritas até 1º de Junho de 2023, cumpridas determinadas condições precedentes e caso sejam solicitadas pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A.. Após essa data as debêntures não subscritas serão canceladas. O valor de subscrição será o equivalente ao valor unitário das debêntures atualizado pelos mesmo índices de atualização das debêntures subscritas.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 1ª emissão de debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	300.000.000
Quantidade de debêntures subscritas	180.000.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1,00
Amortização	Parcela única no vencimento
Vencimento	20/06/2027
Remuneração	20% a.a. (capitalização trimestral)
Amortização da remuneração	Parcela única no vencimento do principal

As debêntures foram objeto de colocação privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou a realização de qualquer esforço de venda perante público em geral, que possa caracterizar uma distribuição pública de valores mobiliários.

#### Conversão em ações:

As debêntures, incluindo todos os demais valores devidos no âmbito desta Emissão, poderão ser convertida em ações a serem emitidas pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A., no vencimento das debêntures ou na ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de ações), sendo: (i) 25% do saldo das debêntures de forma mandatória e, (ii) 75% do saldo das debêntures a exclusivo critério do debenturista.

Destinação dos recursos: Os recursos serão utilizados para reforço do capital de giro e suportar o plano de expansão do varejo.

#### Garantias:

Garantia Real: Alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO VAREJO S.A.

	30.09.2022
Valor recebido:	
Valor subscrito	180.000
Comissão de estruturação	(4.950)
Despesas com assessores (reembolso)	(2.647)
	=====
Total recebido	172.403
	=====
Despesas de emissão:	
Comissão de estruturação total	8.250
Despesas com assessores	6.851
	=====
	15.101
Amortização das despesas de emissão	(838)
	=====
Total de despesas a amortizar	14.263
	=====

Os recursos ingressaram na controlada indireta AMMO VAREJO S.A. na data da subscrição. As despesas de emissão das debêntures, no valor de R\$15.101, serão amortizados mensalmente como custo da operação até o vencimento das debêntures.

Os saldos das debêntures, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, eram assim compostos:

	Debêntures		Consolidado	
	5ª emissão (a)(*)	1ª emissão (b)	30.09.2022	31.12.2021 (*)
Valor original	141.333	180.000	321.333	153.333
Encargos antecipados	(2.348)	(14.263)	(16.611)	(2.548)
Juros provisionados	18.876	10.050	28.926	7.811
	=====	=====	=====	=====
Total das debêntures	157.861	175.787	333.648	158.596
Circulante	(17.870)	-	(17.870)	(158.596)
	=====	=====	=====	=====
Não circulante	139.991	175.787	315.778	-
	=====	=====	=====	=====

(\*) Contrato com cláusulas de vencimento antecipado na controlada CSA, o qual foi classificado como passivo circulante em 31 de dezembro de 2021.

## 15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Mercado interno	220.822	227.474
Mercado externo	28.397	31.446
	-----	-----
	249.219	258.920
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 86 dias (85 dias em 31 de dezembro de 2021).

## 16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997  
 Prazo de concessão: 35 anos  
 Valor total da concessão: R\$333.310  
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	11.103	1.062.383	1.730.159
	=====	=====	=====

A controlada CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
Saldo inicial	95.584	80.868
Apropriação das parcelas da outorga	4.813	4.251
Pagamentos	(26.093)	(18.445)
Juros (7,5% a.a.)	22.822	18.758
Variação monetária (IGP-M)	4.596	8.602
	-----	-----
Circulante	101.722 (57.672)	94.034 (31.309)
	-----	-----
Não circulante	44.050	62.725
	=====	=====

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2022, somam R\$16.550 (R\$17.624 em 31 de dezembro de 2021) (vide nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

#### 17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		30.09.2022	31.12.2021
Imóveis	2024	3.021	5.465
Imóvel – fábrica	2028	-	9.529
SGUS (*)	2030	224.670	243.919
Imóveis – lojas	2027	53.845	66.592
Veículos	2023	529	231
		-----	-----
		282.065	325.736
Circulante		(60.928)	(65.356)
		-----	-----
Não circulante		221.137	260.380
		=====	=====

(\*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são

ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2022	2023		2024	2025 a 2030	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Imóveis	917	2.153	21	70	-	3.161
SGUS	9.868	29.618	9.947	39.885	246.210	335.528
Imóveis – lojas	5.389	15.762	5.004	16.859	20.144	63.158
Veículos	149	354	54	-	-	557
Total bruto	16.323	47.887	15.026	56.814	266.354	402.404
Ajuste a valor presente	(265)	(3.017)	(1.639)	(9.222)	(106.196)	(120.339)
Total a pagar	16.058	44.870	13.387	47.592	160.158	282.065
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.09.2022						30.09.2021
	Imóveis	Imóvel – fábrica	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	5.465	9.529	243.919	66.592	231	325.736	345.754
Adições (1)	-	-	-	9.779	748	10.527	24.625
Baixas (2)	-	(8.525)	-	(9.831)	-	(18.356)	(1.475)
Encargos	306	320	16.722	4.481	40	21.869	26.166
Pagamentos	(2.750)	(715)	(27.176)	(17.176)	(490)	(48.307)	(54.244)
Renegociações (3)	-	-	-	-	-	-	(1.863)
Variação cambial	-	(609)	(8.795)	-	-	(9.404)	12.671
Saldo no final do período	3.021	-	224.670	53.845	529	282.065	351.634
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

(3) Em função da pandemia da COVID-19, a controlada indireta AMMO renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a controlada indireta AMMO adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 são como segue:

	30.09.2022						30.09.2021
	Imóveis	Imóvel – fábrica	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no período	2.750	715	27.176	17.176	490	48.307	54.244
PIS e COFINS recuperado	-	-	-	(1.589)	-	(1.589)	(1.645)
Renegociações	-	-	-	-	-	-	1.863
Amortização de direitos de uso	(2.233)	(492)	(2.829)	(13.549)	(452)	(19.555)	(21.153)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	-	1.194	-	1.194	1.265
Encargos, líquidos	(306)	(320)	(3.993)	(4.481)	(40)	(9.140)	(10.259)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	-	395	-	395	380
Baixas, líquidas	-	804	-	1.253	-	2.057	131
Subarrendamentos recebidos	-	-	(20.897)	-	-	(20.897)	(24.376)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	211	707	(543)	399	(2)	772	450
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

## 18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

### a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	30.09.2022				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(400.790)	(384.227)	(10.719)	396.179	(399.557)
Equivalência patrimonial	395.607	-	-	(395.607)	-
Subvenção para investimentos	-	(14.540)	-	-	(14.540)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(1.158)	-	(1.158)
Outros	-	498	-	-	498
Base de cálculo dos impostos	(5.183)	(398.269)	(11.877)	572	(414.757)
Alíquota de 34%	1.763	135.411	4.038	(195)	141.017
Créditos fiscais não constituídos	(1.763)	(135.416)	(4.076)	195	(141.060)
Outros	-	(1.190)	-	-	(1.190)
Total dos impostos sobre o lucro	-	(1.195)	(38)	-	(1.233)
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(1.195)	(38)	-	(1.233)

	30.09.2021				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(100.057)	(91.519)	(14.843)	97.615	(108.804)
Equivalência patrimonial	97.350	-	-	(97.350)	-
Subvenção para investimentos	-	(30.527)	-	-	(30.527)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(1.500)	-	(1.500)
Outros	-	98	-	-	98
	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(2.707)	(121.948)	(16.343)	265	(140.733)
Alíquota de 34%	921	41.462	5.558	(91)	47.850
Créditos fiscais não constituídos	(921)	(41.466)	(5.797)	91	(48.093)
Reversão de provisão de IR e CSLL diferido	-	9.182	-	-	9.182
Outros	-	(192)	-	-	(192)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	8.986	(239)	-	8.747
	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas					
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(196)	(239)	-	(435)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	9.182	-	-	9.182
	-----	-----	-----	-----	-----
	-	8.986	(239)	-	8.747
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.



O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2021	Variação cambial	Outros	Saldos em 30.09.2022
Ativo:				
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	341	-	(111)	230
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	17.245	(537)	-	16.708
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	532	-	(73)	459
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	1.905
	-----	-----	-----	-----
	36.806	(537)	(184)	36.085
Imposto diferido passivo:				
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(98.355)	-	-	(98.355)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(5.369)	-	1.742	(3.627)
	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquidos	(66.918)	(537)	1.558	(65.897)
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	20.023	(537)	(184)	19.302
Total do passivo não circulante (soma de p)	(86.941)	-	1.742	(85.199)
	=====	=====	=====	=====

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía R\$135.147 em prejuízos fiscais (R\$129.964 em 31 de dezembro de 2021) e R\$135.148 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$129.964 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

#### (1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2022	3.766	-	3.766
A partir de 2025	13.706	-	13.706
	-----	-----	-----
	17.472	-	17.472
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 30 de setembro de 2022, a controlada CSA possuía R\$1.371.827 em prejuízos fiscais (R\$1.169.015 em 31 de dezembro de 2021) e R\$1.378.208 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.175.351 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de setembro de 2022, a controlada indireta AMMO possuía R\$423.186 em prejuízos fiscais (R\$384.830 em 31 de dezembro de 2021) e R\$423.214 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$384.859 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóvel para renda Acreúna	Imóveis para valorização Montes Claros	Total
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)	(9.3)	(9.4)	
Valor justo	325.499	48.287	30.380	57.600	461.766
Total do custo residual	(112.016)	(1.430)	(19.144)	(39.890)	(172.480)
	-----	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	213.483	46.857	11.236	17.710	289.286
	-----	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	72.583	15.931	3.820	6.021	98.355
	=====	=====	=====	=====	=====

## (2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 30 de setembro de 2022, no valor de R\$16.708 (R\$17.245 em 31 de dezembro de 2021). A redução dos impostos diferidos no período de nove meses de 2022 deve-se ao impacto da variação cambial.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 30 de setembro de 2022, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
A partir de 2025	16.708
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2021 a 2034.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2022, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.326.905 em prejuízos fiscais (R\$1.369.584 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

c. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	13.477	15.318
Imposto de renda e contribuição social antecipados	13.084	11.612
PIS e COFINS a recuperar (*)	33.342	61.823
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	3.067	7.903
IPTU a compensar	7.146	8.761
Outros impostos a recuperar	1.629	278
	-----	-----
	71.745	105.695
Circulante	(53.854)	(76.609)
	-----	-----
Não circulante	17.891	29.086
	=====	=====

(\*) O saldo consolidado inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS.

d. Impostos parcelados

Os parcelamentos de impostos consolidado são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Parcelamentos Estaduais	51.462	36.995
Parcelamentos Federais	194.233	125.305
Outros parcelamentos	11.995	13.022
(-) Créditos a compensar (*)	(84.783)	(81.666)
	-----	-----
	172.907	93.656
Circulante	(81.712)	(57.002)
	-----	-----
Não circulante	91.195	36.654
	=====	=====

(\*) Em dezembro de 2021, a controlada CSA recebeu das partes relacionadas Companhia Tecidos Santanense e da Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas, direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, no valor de R\$50.805 e R\$30.861, respectivamente. Esses direitos são objeto de ação de execução de sentença, que serão compensados com débitos tributários da controlada CSA.

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

		2023				
	2022	Curto prazo	Longo prazo	2024	2025 a 2028	Total
Parcelamentos Estaduais	7.538	11.128	2.996	10.592	19.208	51.462
Parcelamentos Federais	22.639	34.893	11.091	44.252	81.358	194.233
Outros parcelamentos	2.313	3.201	1.051	2.559	2.871	11.995
(-) Créditos a compensar	-	-	(10.232)	(39.343)	(35.208)	(84.783)
Total a pagar	32.490	49.222	4.906	18.060	68.229	172.907
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

## 19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$40.659, R\$3.457 e R\$41.802, respectivamente (R\$38.846, R\$2.618 e R\$41.622 respectivamente, em 31 de dezembro de 2021). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) glosas de créditos de COFINS (R\$7.245); (iv) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$4.547); e (v) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160). O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Tributários	2.613	113
Trabalhistas	9.474	9.076
Cíveis e outras	4.051	4.587
Total	16.138	13.776
	=====	=====
Depósitos judiciais	11.757	8.448
	=====	=====

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	<u>Tributários</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis e outras</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	113	9.076	4.587	13.776
Adições	2.544	1.209	443	4.196
Baixas	(44)	(491)	(511)	(1046)
Variação cambial	-	(320)	(468)	(788)
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.613	9.474	4.051	16.138
	=====	=====	=====	=====

  

	<u>Tributários</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis e outras</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	110	9.542	3.734	13.386
Adições	6	1.183	737	1.926
Baixas	(2)	(1.667)	(310)	(1.979)
Variação cambial	-	(102)	(124)	(226)
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de setembro de 2021	114	8.956	4.037	13.107
	=====	=====	=====	=====

## 20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de setembro de 2022 e 2021:

	<u>30.09.2022</u>	<u>30.09.2021</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.217	1.392
Custo dos juros, líquido	2.239	2.062
	-----	-----
Custo líquido do benefício	3.456	3.454
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	<u>30.09.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Provisão para plano de pensão	138.479	142.237
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.545	2.896
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	140.024	145.133
	-----	-----
Circulante (a)	(15.207)	(15.696)
	-----	-----
Não circulante	124.817	129.437
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2021 e 30 de setembro de 2022.

### b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

### c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Ajustes acumulados de conversão

São registrados como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial dos investimentos líquidos de saldos com partes relacionadas no exterior, referente às controladas diretas e indiretas.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

## 22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	34.104	19.654
	-----	-----	-----	-----
	-	-	34.104	19.654
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	160.637	99.538	-	-
Coteminas International Ltd.	5.634	5.577	-	764
Sucursal Argentina	26	26	-	-
Santanense Argentina	35	48	-	-
Companhia Tecidos Santanense	35.842	18.212	-	-
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	98	-	-
	-----	-----	-----	-----
	202.174	123.499	-	764
	=====	=====	=====	=====
			Encargos financeiros receita (despesa)	
			30.09.2022	30.09.2021
Controladora:				
Coteminas S.A.			(1.301)	(875)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas			(2)	(3)
			-----	-----
			(1.303)	(878)
			=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas			17.039	9.240
Companhia Tecidos Santanense			1.143	1.044
Coteminas International Ltd.			(35)	(54)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.			(12)	(19)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.			(3)	-
Wembley S.A.			100	-
			-----	-----
			18.232	10.211
			=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 30 de setembro de 2022, o valor de R\$2.935 estava contabilizado na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante (R\$2.936 em 31 de dezembro de 2021 e R\$2.935 em 31 de dezembro de 2021, na rubrica "Outros" no ativo não circulante), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No período de nove meses de 2022, foi apropriado o valor de R\$2.202 como despesa financeira na rubrica "Despesas bancárias, impostos, descontos e outros" (R\$2.646 no mesmo período de 2021).

No período de nove meses de 2022, a controlada CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense, empresa ligada, no valor de R\$95.827 (R\$48.331 no mesmo período de 2021). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 5.

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas e a controlada indireta AMMO possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. No período de nove meses de 2022, foi apropriado como despesa de aluguel, o valor de R\$4.021 (R\$3.342 no mesmo período de 2021).

Em 30 de setembro de 2022, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$17.700 (R\$18.457 em 31 de dezembro de 2021), em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, recebidos da Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Honorários da administração" e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Conselheiros	(928)	(792)	(1.456)	(792)
Diretores estatutários	-	-	(1.781)	(1.579)
Outros diretores	-	-	(8.033)	(6.839)
	-----	-----	-----	-----
	(928)	(792)	(11.270)	(9.210)
	=====	=====	=====	=====



## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas podem realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias e seus saldos estão descritos no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
<b>ATIVOS FINANCEIROS--</b>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	65	117	240.172	199.765
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	18.507	19.219
Duplicatas a receber	-	-	260.506	448.935
Outros créditos a receber	1.082	968	24.211	28.300
Títulos e valores mobiliários (nc)	1.882	1.737	10.755	7.618
Valores a receber – clientes	-	-	14.534	16.343
Partes relacionadas	-	-	202.174	123.499
Depósitos judiciais	-	-	11.757	8.448
Outros	-	-	51.999	55.931
<b>PASSIVOS FINANCEIROS--</b>				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	10.235	15.681	376.283	772.280
Debêntures (c)	-	-	17.870	158.596
Fornecedores	4	10	249.219	258.920
Concessões governamentais (c)	-	-	57.672	41.148
Outras contas a pagar	-	-	77.785	74.569
Empréstimos e financiamentos (nc)	10.336	13.915	250.491	75.037
Debêntures (nc)	-	-	315.778	-
Partes relacionadas	34.104	19.654	-	764
Concessões governamentais (nc)	-	-	44.050	54.436
Outras obrigações	-	-	29.158	2.408

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não havia operações com instrumentos derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	30.09.2022				Varição cambial sobre investimentos no exterior
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	R\$
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	119.251	3.249.372	-	-	15.643
LAT Capital	14.211	-	2.628	-	(427)
Têxtil Guarani	2.192	-	-	2.877.064	(243)
SGUS	378.550	-	70.016	-	(13.107)
	-----	-----	-----	-----	-----
	514.204	3.249.372	72.644	2.877.064	1.866
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(103.937)	-	(19.224)	-	4.175
SGUS	(244.455)	-	(45.214)	-	10.046
	-----	-----	-----	-----	-----
	(348.392)	-	(64.438)	-	14.221
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de investimentos líquidos	165.812	3.249.372	8.206	2.877.064	16.087
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	30.09.2022	31.12.2021
Duplicatas a receber	16.479	21.661
Fornecedores	(7.689)	(9.615)
Empréstimos e financiamentos	(80.321)	(46.172)
Partes relacionadas	(777)	(764)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(72.308)	(34.890)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(13.374)	(6.252)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de setembro de 2022 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2022	Alta do Dólar	(13.374)	(759)	(19.026)	(37.292)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

**d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)**--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. No período de nove meses de 2022, a controlada CSA registrou um ganho de R\$10.226.

**d.5 - Risco de taxa de juros**--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

**d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:**

**Contratos de swap de taxa de juros**--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

**d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:**

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	30.09.2022			31.12.2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	152.483	4.358	(1.619)	155.222	109.207
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	152.483	467	(1.133)	151.817	109.207

Descrição	30.09.2022			31.12.2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2022	-	-	-	-	11.388
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023 (*)	-	-	-	-	110.150
(referência à nota explicativa nº 13)				307.039	339.952
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2024	7.778	283	-	8.061	9.760
(referência à nota explicativa nº 13)				8.061	9.760
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	7.193	55	-	7.248	10.665
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	3.973	30	-	4.003	5.892
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	3.973	30	-	4.003	5.892
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	3.973	30	-	4.003	5.892
(referência à nota explicativa nº 13)				19.257	28.341
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	9.873	651	-	10.524	12.671
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2024	30.000	454	-	30.454	30.354
(referência à nota explicativa nº 13)				40.978	43.025
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	4.660	146	-	4.806	8.338
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	5.063	167	-	5.230	9.061

Descrição	30.09.2022			31.12.2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2022	-	-	-	-	4.364
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2024	5.278	41	-	5.319	7.831
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2023	6.001	239	-	6.240	12.354
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2023	6.000	303	-	6.303	10.299
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: agosto/2023	9.167	85	-	9.252	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: novembro/2023	6.000	40	-	6.040	-
(referência à nota explicativa nº 13)				43.190	52.247
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2024 (*)	-	-	-	-	12.380
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024 (*)	-	-	-	-	11.218
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024	9.333	290	-	9.623	12.307
(referência à nota explicativa nº 13)				9.623	35.905
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2022	40.000	612	-	40.612	40.534
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2022	4.000	57	-	4.057	4.049
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	5.952	23	-	5.975	8.124

Descrição	30.09.2022			31.12.2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2022	10.000	14	-	10.014	10.016
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2022	5.000	59	-	5.059	5.057
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2022	5.000	39	-	5.039	5.042
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: dezembro/2022	5.000	71	-	5.071	5.063
(referência à nota explicativa nº 13)				75.827	77.885
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2022	-	-	-	-	6.709
(referência à nota explicativa nº 13)				-	6.709
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2023	10.000	165	-	10.165	10.129
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	7.222	99	-	7.321	9.826
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: maio/2025	4.200	29	-	4.229	-
(referência à nota explicativa nº 13)				21.715	19.955
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal - CCB Vencimento: abril/2023	5.416	14	-	5.430	10.874
(referência à nota explicativa nº 13)				5.430	10.874
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2022	800	6	-	806	3.218
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: abril/2022	-	-	-	-	4.490
(referência à nota explicativa nº 13)				806	7.708

Descrição	30.09.2022			31.12.2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: julho/2022	-	-	-	-	9.556
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2022	1.000	30	-	1.030	1.031
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2022	500	6	-	506	5.027
(referência à nota explicativa nº 13)				1.536	15.614
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: outubro/2025	7.389	9	-	7.398	9.368
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: junho/2022	-	-	-	-	25.023
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	6.000	53	-	6.053	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	3.500	22	-	3.522	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	3.500	42	-	3.542	-
(referência à nota explicativa nº 13)				20.515	34.391
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 8,0 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	141.333	18.877	(2.349)	157.861	158.596
(referência à nota explicativa nº 14)				157.861	158.596
	689.043	27.896	(5.101)	711.838	840.962
	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.



A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2022, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2022	Alta da taxa	661.444	21.998	26.728	31.257
2023	Alta da taxa	518.181	84.356	98.049	114.735
2024	Alta da taxa	139.515	17.755	13.977	14.837
2025	Alta da taxa	99.518	12.862	9.834	10.283
2026	Alta da taxa	82.000	10.582	9.135	9.701
2027	Alta da taxa	66.000	8.523	7.357	7.813
2028	Alta da taxa	50.000	6.527	5.635	5.984
2029	Alta da taxa	34.000	4.395	3.794	4.030
2030	Alta da taxa	18.000	2.325	2.007	2.132
2031	Alta da taxa	5.333	399	344	365
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

**d.6 - Risco de crédito**--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

**d.7 - Gestão de liquidez**-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 30 de setembro de 2022, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

**d.8 - Gestão de capital**--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	726.774	847.317
Debêntures	333.648	158.596
Caixa e equivalentes de caixa	(240.172)	(199.765)
Títulos e valores mobiliários	(29.262)	(26.837)
	-----	-----
Total da dívida líquida	790.988	779.311
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	605.751	990.441
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.396.739	1.769.752
	=====	=====

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atacado” e “Varejo”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As vendas realizadas pela controlada CSA para a controlada indireta AMMO são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado e Varejo. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	30.09.2022			
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	721,4	273,8	-	995,2
Custo dos produtos vendidos	(578,4)	(140,4)	-	(718,8)
Custo de ociosidade e outros	(76,6)	-	-	(76,6)
Lucro bruto	66,4	133,4	-	199,8
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(175,0)	(152,6)	(13,2)	(340,8)
Outros	(2,5)	2,5	1,7	1,7
Resultado das operações	(111,1)	(16,7)	(11,5)	(139,3)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(24,0)	(218,3)	(242,3)
Variação cambial	-	(0,2)	(17,8)	(18,0)
Resultado antes dos impostos	(111,1)	(40,9)	(247,6)	(399,6)
Depreciação e amortização	49,0	21,1	3,5	73,6
	=====	=====	=====	=====
	30.09.2021			
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	907,3	361,7	-	1.269,0
Custo dos produtos vendidos	(625,2)	(166,7)	-	(791,9)
Custo de ociosidade e outros	(16,8)	-	-	(16,8)
Lucro bruto	265,3	195,0	-	460,3
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(186,0)	(170,0)	(15,6)	(371,6)
Outros	(9,5)	(1,6)	(0,7)	(11,8)
Resultado das operações	69,8	23,4	(16,3)	76,9
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(20,7)	(161,6)	(182,3)
Variação cambial	-	(0,1)	(3,3)	(3,4)
Resultado antes dos impostos	69,8	2,6	(181,2)	(108,8)
Depreciação e amortização	49,7	21,8	3,6	75,1
	=====	=====	=====	=====

(\*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações continuadas da controlada SGUS.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	561,3	725,3
Produtos intermediários	160,1	182,0
Varejo	273,8	361,7
	-----	-----
	995,2	1.269,0
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	11,4	15,6
Produtos intermediários	9,9	13,7
	-----	-----
	21,3	29,3
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos no segmento atacado em 30 de setembro de 2022.

## 25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	1.335.709	1.782.031
Deduções das receitas	(340.517)	(513.064)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	995.192	1.268.967
	=====	=====

## 26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(749.466)	(884.277)
Benefícios a empregados	(261.331)	(264.993)
INSS	(24.865)	(31.269)
Depreciação e amortização	(73.596)	(75.060)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(27.009)	75.270
	-----	-----
Total por natureza	(1.136.267)	(1.180.329)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021
Custo dos produtos vendidos	(718.792)	(791.938)
Custo de ociosidade e outros	(76.649)	(16.777)
Vendas	(228.477)	(273.022)
Gerais e administrativas	(101.079)	(89.382)
Honorários da administração	(11.270)	(9.210)
	-----	-----
Total por função	(1.136.267)	(1.180.329)
	=====	=====

## 27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	30.09.2022	30.09.2021
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(400.790)	(100.057)
Número médio ponderado das ações ordinárias	50.000.000	50.000.000
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(8,0158)	(2,0011)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

\*\*\*\*\*